

A ÉTICA AMBIENTAL DE TOM REGAN: CRÍTICA, CONCEITOS, ARGUMENTOS E PROPOSTAS

JULIA ASCHERMANN MENDES DE ALMEIDA*

Abstract

Aiming to introduce to Portuguese readers a relevant debate on environmental ethics, this paper explains in an introductory way the main concepts, arguments, proposals and the point of view used by Tom Regan to found a genuine environmental ethics.

Keywords: Inherent Value, Environmental Ethics, Interests, Life' Criterion

Resumo

Tendo por objetivo introduzir o público de língua portuguesa no debate ambientalista internacional, este artigo reconstitui de forma introdutória a concepção de Tom Regan, sua filiação teórica, estratégia de argumentação, conceitos e propostas para uma ética genuinamente ambiental.

Palavras-chave: Valor inerente, ética ambiental, interesses, critério da vida

Obras e autores criticados por Regan na proposta ética ambiental

Tom Regan, professor do Departamento de Filosofia e Religião, da Universidade do Estado da Carolina do Norte, em seu artigo: “The Nature and Possibility of an Environmental Ethic”, menciona outros autores, que compõe seu referencial teórico ou sua filiação filosófica. Importa-nos saber, neste momento, quais são os interlocutores utilizados por Regan, tanto para corroborar suas idéias, quanto para serem criticados.

O primeiro autor, citado por Regan, é Kenneth Goodpaster e seu artigo “On Being Morally Considerable”. Nesse artigo, Goodpaster, professor da cátedra de ética da Universidade de Santo Thomas, em Minnesota e editor do livro *Ética e os Problemas do Século 21*, apresenta os princípios ou critérios, para a formulação de uma teoria ética ambiental. Além disso, Goodpaster discute a questão sobre quem deve ser admitido na comunidade moral, isto é, quem é digno de respeito pelo sujeito moral, e chega à conclusão de que a *vida* é o critério ou princípio que define a pertinência à comunidade moral. Os princípios defendidos por Goodpaster e por Regan, para uma ética ambiental não-humanocêntrica, diferem bastante. Apesar não se ocupar detidamente de comentar o artigo de Goodpaster, Regan recomenda sua leitura.

Regan cita L. W. Summer, professor de Filosofia da Universidade de Toronto, para reforçar sua tese de que a vida e os interesses de animais não-humanos devem ser considerados dentro de um mesmo princípio, e a seu próprio modo específico. Reconhecer esse fato marca o início de uma genuína consciência ambiental.

Outro autor mencionado por Regan é Martin Krieger. Neste caso, o autor rejeita a tese de seu colega, por considerá-la ingênua. Krieger defende que representações ambientais podem ser realizadas a partir de cópias produzidas em materiais sintéticos diversos, como por exemplo, árvores de plástico. Utiliza os argumentos de Mark Sagoff para repelir as idéias de Krieger, concordando com ele¹.

Peter Singer (*Libertação Animal*) e Andrew Linzey (*Animal Rights*) são criticados por Regan, por vincularem sensibilidade (sensibilidade e consciência) a interesses, para o estabelecimento da considerabilidade moral, conforme o defendem os utilitaristas. Para Regan, há interesses que devem ser respeitados, ainda que não possam ser representados pelas categorias *dor e prazer*.

Immanuel Kant (*Lectures on Ethics*) também é mencionado por Tom Regan. Kant afirma que tratar animais não-rationais com crueldade fere a *humanidade* do próprio ser humano. Regan critica a postura kantiana, de desaprovar moralmente a crueldade contra os animais simplesmente por contrariar a *humanidade* dos seres humanos, pois essa concepção desconsidera o *valor inerente* à vida dos animais, da perspectiva do animal.

Apesar de Regan criticar esses autores, não é possível identificar claramente sua própria filiação teórica.

Conceitos

A primeira distinção proposta por Regan, é entre os conceitos de *agente e paciente moral*. Pode-se assumir, em um momento, o estatuto de agente moral (quando temos o poder em relação a algo, ou seja, a liberdade de tomar a decisão e assumir a responsabilidade), e no momento seguinte, o papel de paciente moral (quando nos encontramos em uma situação de vulnerabilidade). Os papéis de paciente e agente morais não são estanques, nem fixos, nem permanentes. Esta simples distinção é de suma importância, principalmente para aqueles que acreditam na supremacia dos seres humanos em relação aos demais seres e se esquecem de que, apesar de os humanos poderem ocupar, em um momento, o papel de agentes morais, podem, no momento seguinte, ser pacientes morais.

O conceito de *sujeito-de-uma-vida* é considerado o conceito principal, original e característico da teoria desenvolvida por Regan, assim definido: os seres com significância moral são todos aqueles capazes de diferenciar, por sua própria experiência, aquilo que lhes causa bem ou mal segundo sua própria espécie de vida individual. Mas, uma ética ambiental genuína não contempla apenas os interesses de sujeitos-de-uma-vida. Deve ir além desse limite. No seu entender, uma teoria só pode ser considerada ética ambiental, genuinamente, e, portanto, não humanocêntrica, se reconhecer que: “... todos os seres conscientes e alguns não-conscientes devem fazer parte do estatuto moral.”

Outro conceito de suma importância para Tom Regan é o de *valor inerente*. No último

parágrafo de seu texto, o autor o emprega para defender a preservação da natureza, ao admitir o seguinte postulado: *devemos preservar o valor inerente da natureza*. Entende-se por valor inerente o estar bem a seu modo de vida *específico*, seja este de natureza humana, animal, ambiental, paisagística ou artística. Tudo que fizer parte da comunidade moral, e no caso de Regan, não são apenas os seres vivos que pertencem a esta comunidade, possui um valor inerente. Dito de outro modo, tudo que tiver valor inerente deve integrar a comunidade moral e ser considerado digno de respeito, portanto, digno de ser preservado.

No início de seu texto, Regan aponta duas condições para se estabelecer uma ética ambiental. A primeira refere-se à significância moral, e a segunda, expõe o critério defendido pelo autor como a única característica necessária para uma ética genuinamente ambiental. São elas:

(1) Uma ética ambiental deve assegurar que existem seres não-humanos que fazem parte do estatuto moral. (2) Uma ética ambiental deve assegurar que a classe dos seres que tem estatuto moral inclui, mas é maior que a classe dos seres conscientes – ou seja, todos os seres conscientes e alguns não-conscientes devem fazer parte da comunidade moral².

Estratégia de argumentação

Tom Regan possui uma estratégia de argumentação que parte da descaracterização de todas as éticas ambientais que não satisfaçam a segunda condição imposta por ele, para uma ética genuinamente ambiental. Isto significa dizer, que, uma teoria ética que não reconheça valor inerente à vida de seres conscientes não-humanos (animais) e a seres não-conscientes (plantas e ecossistemas), não pode ser considerada verdadeiramente ambiental. Desse modo, Regan descarta as teorias éticas tradicionais, inclusive a elaborada por Peter Singer, para quem a sentiência desempenha um papel fundamental, no estabelecimento da linha divisória que separa os seres em relação aos quais o sujeito moral tem deveres diretos, dos demais, em relação aos quais seus deveres podem ser considerados indiretos.

Regan chega a conclusão de que as éticas, para serem genuinamente ambientais, devem partir do reconhecimento do *valor inerente* de ambientes naturais. O recurso utilizado pelo autor, em sua argumentação, é o de invalidar as possíveis objeções feitas à sua teoria. Deste modo, ele caracteriza os princípios que uma ética deve obedecer para poder ser reconhecida como ambiental.

O autor utiliza três argumentos para definir, minuciosamente, o que é, em sua concepção, uma teoria ética ambiental e as características que ela deve ter, para poder ser considerada como tal. São eles: o do interesse, o da sentiência e o do bem inerente. O primeiro argumento, o do *interesse*, apresentamos a seguir, por sua importância. Uma possível objeção à proposta de Regan, sobre quem deve ser considerado moralmente, é dizer que apenas quem tem *interesses* deve ser considerado, e, que, os únicos seres que têm *interesses* são os *sencientes*, aqueles que têm sensibilidade e consciência. Podemos classificar este argumento como utilitarista.

Regan invalida o argumento utilitarista, mostrando que seres que não possuem consciência têm interesse, por exemplo, o interesse de não ser destruído ou afetado por ações externas. Para Regan, um sujeito de interesses se constitui de dois modos distintos: 1. na condição de *sujeito de* um interesse; e na condição de, 2. *ser sujeitoado a* um interesse.

Estes dois sentidos de interesse podem ser melhor compreendidos se pensarmos, por exemplo, no interesse que um ser humano tem de irrigar sua plantação. Para tanto, ele utilizará a água de um rio próximo. Este ser humano tem um interesse, é sujeito de um interesse, neste caso, do interesse em utilizar a água do rio para irrigar sua plantação. Porém, a planta também possui um interesse em receber água. Ela não é consciente, não é sujeito do interesse, mas sujeita à necessidade de nutrir-se com a água. No caso de humanos e animais, dá o mesmo. Por vezes, vemos apenas o conceito de interesse na perspectiva de um sujeito agente, e não na de um paciente.

Regan aponta apenas estes dois tipos de interesse, porém, é possível pensarmos em um terceiro tipo de interesse. Voltando ao nosso exemplo, o rio, apesar de não ser sujeito de um interesse, está sendo sujeitoado a interesses: o interesse do ser humano em irrigar sua plantação, e o interesse da planta, em nutrir-se da água. Desse modo, percebemos que mesmo seres não-sencientes, no caso, o rio, também podem ter interesse, ainda que somente em um terceiro sentido do termo.

Propostas

Para finalizar, iremos expor a proposta central de Tom Regan para uma ética genuinamente ambiental. Em primeiro lugar: ser-sujeito-de-uma-vida, com valor único e absoluto, ao menos para o sujeito daquela vida, deve ser a premissa da considerabilidade moral. Em segundo lugar, uma ética genuinamente ambiental deve partir do ambiente, considerando seu valor inerente. Além disso, deve admitir a considerabilidade moral de seres conscientes não-humanos e de seres não-conscientes.

Notes

* Filósofa, aluna do Mestrado em Filosofia – Ética e Filosofia Política, da UFSC. Elabora dissertação sobre a teoria kantiana da moral, sob orientação da Profa. Dra. Maria de Lourdes Alves Borges.

¹ Agradeço a generosa colaboração de Paulo Benincá de Salles, para o aprimoramento da reconstituição da filiação teórica de Tom Regan.

² “... (1) An environmental ethic must hold that are nonhuman beings which have moral standing. (2) An environmental ethic must hold that the class of those beings which have moral standing includes but is larger than the class of conscious beings – that is, all conscious beings and some nonconscious beings must be held to have moral standing...”. REGAN, Tom. “The Nature and Possibility of an Environmental Ethic”. In: *Environmental Ethics – An Interdisciplinary Journal dedicated to the philosophical aspects of environmental problem*. Spring 1981, v. 3, n. 1. p. 19-34.